

# CURSO DE FORMAÇÃO AUDITOR DE TRIBUTOS

## 22/01/2020

**SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO FOR AUTORIZADO**

### **LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES**

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, peça ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém 30 questões objetivas. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta assinalada na prova.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído, em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
- 4 No Cartão-resposta, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta na cor Preta ou Azul e fabricada em material transparente, preenchendo-se integralmente o alvéolo, rigorosamente dentro dos seus limites e sem rasuras.
- 5 Esta prova tem a duração de **três horas**, incluindo o tempo destinado à leitura das instruções e à transcrição das respostas para o cartão-resposta.
- 6 Quando apenas três candidatos permanecerem na sala para terminar a prova, estes deverão aguardar até que o último a entregue e terão seus nomes registrados em relatório de sala, no qual aponham suas respectivas assinaturas.

**7 AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.**

## Legislação Municipal

### — QUESTÃO 01 —

Analise as informações a seguir.

I - Em **2015**, o contribuinte deixou de recolher ISS cuja alíquota era de **5%**. A lei previa a penalidade de multa de **100%**.

II - Em **2016**, a lei foi alterada, prevendo agora a alíquota de **2%**, e a penalidade pelo não recolhimento de **50%**.

III - Em janeiro de **2017**, o contribuinte foi autuado (Auto de Infração - AI), referente à infração de 2015.

Com base nas informações, deve-se considerar, na aplicação da legislação tributária, que:

- (A) Na apuração do tributo devido, no AI, o percentual da alíquota será de 2%, e da multa de 50%.
- (B) A lei aplica-se a ato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como fato gerador.
- (C) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, a não ser que posteriormente seja modificada ou revogada.
- (D) Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN), a lei aplica-se a fato passado, ou seja, pode retroagir, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa.

### — QUESTÃO 02 —

Analise as informações a seguir.

I - Ementa a Súmula nº 360 do STJ – “O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.”

II - O contribuinte D. F., no mês de janeiro de 2019, **(a)** declarou \$5.000,00 (mas não pagou); e **(b)** deixou de declarar \$ 7.000,00, de ISS, que é um tributo sujeito ao lançamento por homologação.

III – D. F., receoso de ser autuado, e sem qualquer procedimento fiscal do fisco, em maio de 2019, espontaneamente recolheu os \$13.000,00, apenas com a correção monetária, sem qualquer multa, por entender haver o benefício da denúncia espontânea.

No que se refere à denúncia espontânea nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação:

- (A) Denúncia espontânea ocorre quando o contribuinte se auto-denuncia de alguma irregularidade fiscal, e tem como consequência a exclusão da responsabilidade tributária de todo o imposto devido.
- (B) D. F. não tem direito a denúncia espontânea, pois ela não se aplica ao ISS, que é um tributo sujeito ao lançamento por homologação, nos termos da Súmula 360 do STJ.

(C) No que se refere ao ISS declarado por D. F., não há de se falar em denúncia espontânea; porém ao ISS não declarado, há denúncia espontânea.

(D) D. F. tem direito a denúncia espontânea de todo o ISS, pois não houve o início de qualquer procedimento fiscal do fisco, nos termos do CTN, art. 138, parágrafo único que dispõe: “Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.”

### — QUESTÃO 03 —

Analise as informações a seguir.

I - A Fazenda Pública de Goiânia lavrou AI, de fatos geradores de 2006, constituindo o crédito tributário em **20/12/2010**, com a ciência do autuado F. R.

II - O F. R. impugnou o AI, no prazo legal, tanto em 1ª quanto em 2ª instância. O órgão julgador de 2ª instância, em decisão definitiva, em **20/10/2016**, anulou o AI, por vício formal, retornando os autos à Fiscalização para refazer o AI.

III - O Fisco refez o AI, referente ao fato gerador de 2006, em **20/11/2017**, ou seja, mais de **11 anos** após a ocorrência do fato gerador.

Os princípios jurídicos da segurança e da estabilidade devem nortear as relações jurídicas. Assim, o perecimento do direito, pela inércia de seu titular associado ao transcurso de determinado prazo, justifica-se porque as relações jurídicas não podem eternizar-se. A existência dos institutos da decadência e da prescrição visa a propiciar maior estabilidade aos negócios jurídicos.

Dessa forma, na análise da situação descrita conclui-se que:

- (A) No caso, ocorreu a decadência tributária, pois transcorreu mais de 5 anos da ocorrência do fato gerador do imposto.
- (B) O fisco pode refazer o AI, referente ao fato gerador de 2006, em 20/11/2017, ou seja, mais de 11 anos após a ocorrência do fato gerador, tendo em vista que não ocorreu a decadência tributária.
- (C) Afirma F. R. que entre o lançamento tributário até decisão final no Processo Administrativo Fiscal (PAF) não há decadência, independente do prazo transcorrido, porém pode ocorrer a prescrição tributária.
- (D) Com a apresentação da impugnação no prazo legal, por F. R., ocorre o início do contencioso administrativo fiscal e a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, ocorrendo também a suspensão do prazo de prescrição do crédito tributário.

**— QUESTÃO 04 —**

O estudo dos elementos formadores da obrigação tributária é matéria fundamental para a compreensão do direito tributário e seus mecanismos. Assim, a formação dessa obrigação possui uma série de peculiaridades, que a diferencia das dos outros ramos do Direito. Nesse sentido, compreende-se que:

- (A) É matéria de lei complementar o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária, em relação aos impostos discriminados na Constituição Federal, sobre a definição dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas.
- (B) O que determina a natureza jurídica de um tributo, nos termos do CTN, é o fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a destinação legal do produto de sua arrecadação e a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- (C) Empréstimo Compulsório é um imposto instituído pela União, por meio de lei complementar, para atender a despesas extraordinárias (descritas na CF/88), e também para investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- (D) Contribuição de Melhoria é um imposto instituído pelo Estado, para compensar o custo de uma obra pública da qual decorra valorização imobiliária.

**— QUESTÃO 05 —**

Analise as informações a seguir.

I - Empresa HJ Ltda, de Goiânia, prestou serviço de software, ao Banco do Brasil, em Brasília, que efetuou a retenção do ISS ao DF, local da prestação do serviço.

II - O ISS, como tributo classificado como indireto, está embutido no preço do serviço.

III - Segundo a legislação regente, o ISS é devido ao município do local do domicílio do prestador, em Goiânia.

IV - O município de Goiânia autuou a empresa HJ Ltda, exigindo o ISS devido.

V - Sendo assim, houve pagamento indevido de imposto.

Com base nas informações e tratando-se da repetição de indébito tributário, conclui-se que:

- (A) A Empresa HJ pode repetir o indébito tributário, pois foi ela que efetivamente suportou o ônus financeiro do encargo.
- (B) Pode o Banco do Brasil, nos termos do artigo 166 do CTN, como contribuinte de direito, repetir (pedir de volta) o indébito tributário.
- (C) O Banco do Brasil, como contribuinte de fato, segundo entendimento do STJ, tem legitimidade para pedir a repetição do indébito tributário.
- (D) A Empresa HJ pode repetir o indébito tributário, desde que comprove que efetivamente suportou o ônus financeiro do encargo ou tenha autorização do Banco do Brasil.

**— QUESTÃO 06 —**

Analise as informações a seguir.

I - Numa leitura literal do dispositivo constitucional, o fato gerador do IPTU é apenas a PROPRIEDADE do imóvel;

II - O Fisco de Goiânia enviou boleto de IPTU ao aluno L. A., residente no município, cobrando o IPTU de sua residência;

III - L. A., contrariado, apresentou reclamação, alegando não ser proprietário do imóvel, pois o mesmo é da União, ente que tem imunidade tributária, e assim não é contribuinte do imposto.

A CF/88 dispõe: “Art. 156: Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I – PROPRIEDADE predial e territorial urbana.”

Dessa forma, na análise da situação descrita, conclui-se que:

- (A) Pode o Fisco exigir o IPTU de L. A., pois ele é o proprietário do imóvel, com ânimo domini.
- (B) Não pode ser exigido o IPTU de Lucas, pois a propriedade do imóvel é da União, ente que tem imunidade tributária.
- (C) Tendo apenas a posse, não pode ser exigido o IPTU de Lucas, pois a CF/88 determina que o fato gerador do IPTU é apenas a propriedade do imóvel.
- (D) Nos termos da CF/88, cabe à lei complementar definir os tributos e suas espécies e a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

**— QUESTÃO 07 —**

Leia o fragmento a seguir.

No Direito Tributário, diferentemente do que se verifica no Direito Civil, há um evento marcante e significativo, denominado ato de lançamento, que irá separar, de forma nítida, os prazos decadencial e prescricional. Nessa linha, Paulo de Barros Carvalho leciona que é impossível ocorrer a simultaneidade, ou seja, a sobreposição desses intervalos, pois há um ponto de interseção, que é o *factum* jurídico do lançamento tributário, no qual, “antes que ele ocorra, só podemos cogitar do lapso da decadência; e, depois de realizado, apenas terá sentido pensar no prazo de prescrição”. Em razão disso, os referidos prazos estão delimitados pelo lançamento tributário, que funciona como um marco material. Desse modo, notamos que, pela sistemática adotada pelo CTN, os institutos da decadência e da prescrição estão condicionados ao lançamento.

HABILE, José. *A Extinção do Crédito Tributário por Decurso de Prazo. Decadência e Prescrição Tributárias*, São Paulo: Editora Método, 4ª ed., 2014, pp. 30-31.

Com base nessa doutrina, compreende-se que:

- (A) No Direito Tributário, não há dúvidas sobre se determinado prazo tem natureza decadencial ou prescricional, isto é, a decadência tributária somente ocorre antes do lançamento tributário e a prescrição tributária após lançado o tributo.
- (B) Com a entrega da declaração aceita pelo Fisco ocorre a constituição definitiva do crédito tributário, momento em que se inicia o prazo de decadência.
- (C) O ato de cobrar ou de exigir o crédito tributário está sujeito tanto ao prazo decadencial quanto ao prazo de prescrição.
- (D) Não se pode repetir, ou seja, pedir a devolução do pagamento de dívida prescrita tributária.

**— QUESTÃO 08 —**

O tributo é considerado condição da própria existência da sociedade pacificamente organizada, tendo como finalidade, em última análise, garantir e proteger o próprio direito individual. Ou seja, todos os bens e serviços oferecidos e produzidos pelo Estado para satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos dependem da contribuição de toda a sociedade, que pode incidir sobre a renda, o consumo, o patrimônio, entre outros. Sobre os tributos, sabe-se que:

- (A) Sobre os tributos, pode-se afirmar que taxa é uma espécie de imposto do gênero tributo.
- (B) Serviços gerais ou indivisíveis são financiados com a receita de impostos e não de taxas.
- (C) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, instituída em lei, e que constitua sanção de ato ilícito.
- (D) O fato gerador de imposto é uma situação que não se conecta a nenhuma atividade do Estado, especificamente dirigida ao contribuinte, isto é, está atrelado a uma contraprestação.

**— QUESTÃO 09 —**

Os tributos são criados segundo a competência tributária conferida aos entes tributantes pela Constituição Federal. Ela não cria tributos e sim define competências dos entes políticos da federação. Desse modo, sobre competência tributária, compreende-se que:

- (A) A competência para instituir novos impostos, não previstos expressamente na Constituição Federal, é da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) Nos termos da Constituição Federal, não há hipótese de que um ente tributante possa invadir a competência tributária de outro, praticando assim a bitributação.
- (C) De acordo com o CTN, a competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- (D) Taxa tem como características ser de competência privativa dos entes tributantes designados na Constituição Federal; ser um tributo vinculado quanto à sua receita e contraprestacional.

## Procedimentos de Fiscalização Tributária

### — QUESTÃO 10 —

Em relação à abordagem inicial ao contribuinte e à Notificação de Procedimento de Fiscalização, sabe-se que:

- (A) O procedimento fiscal tem início, dentre eles, com a apreensão de mercadorias, bens, documentos ou livros.
- (B) O início do procedimento exclui a espontaneidade, em relação aos atos do sujeito passivo, e, após intimação, dos demais envolvidos nas infrações praticadas.
- (C) O procedimento fiscal tem início, dentre eles, com o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, realizado no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, cientificando o sujeito passivo ou seu preposto de qualquer exigência
- (D) No interesse da fiscalização e arrecadação dos tributos municipais, os agentes poderão, mediante termo, ou, em sua ausência, mediante comunicação verbal, desde que acompanhado por duas testemunhas, apreender todos os livros e demais documentos fiscais ou não, os quais serão devolvidos ao sujeito passivo, tão logo sejam concluídos os trabalhos de fiscalização e após a lavratura de Auto de Infração, se for o caso.

### — QUESTÃO 11 —

Em relação à Declaração Mensal de Serviços (DMS) sabe-se que:

- (A) Deverão ser registradas na DMS todas as notas fiscais de serviços emitidas no mês de referência, inclusive as canceladas.
- (B) O prazo limite para o fechamento da DMS sem a incidência de penalidades pelo atraso é o dia trinta do mês subsequente ao do período de referência.
- (C) São usuários do Sistema da DMS todos os contribuintes regularmente cadastrados no Cadastro de Atividades Econômicas da SEFIN que desempenham ou estejam autorizados a desempenhar atividades de prestação de serviços, incluindo aqueles cadastrados como prestadores autônomos.
- (D) Substitui o Livro de Registro de Serviços Prestados na forma originária de preenchimento para os que faziam sua escrita manual, mantendo-se o Livro de Registro de Serviços Prestados para os contribuintes que os escrituravam por processamento de dados.

### — QUESTÃO 12 —

Constarão na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) as seguintes informações:

- (A) Discriminação dos serviços prestados, valor líquido da Nota Fiscal, CST (Código da Situação Tributária) e valores das retenções dos tributos.
- (B) Identificação do prestador e do tomador de serviços, discriminação dos serviços prestados, valor líquido da Nota Fiscal e valores das retenções dos tributos.
- (C) Código Fiscal da Operação ou Prestação (CFOP), identificação do prestador e do tomador de serviços, discriminação dos serviços prestados e valor líquido da Nota Fiscal.
- (D) Identificação do prestador e do tomador de serviços, discriminação dos serviços prestados, NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) e valores das retenções dos tributos.

### — QUESTÃO 13 —

Em relação à “Situação Nota”, consta nas orientações, quanto ao preenchimento da Declaração Mensal de Serviços (DMS), a situação:

- (A) Ato 3 – Regime de Estimativa Especial.
- (B) Ato 4 – Regime de Estimativa Geral.
- (C) ISS Próprio.
- (D) Normal.

**— QUESTÃO 14 —**

Leia as informações e a tabela a seguir.

A empresa Decoração & Jardins Ltda, prestadora dos serviços de decoração e jardinagem (alíquota do ISS de 5%), apresentou Declarações Mensais de Serviços à Secretaria de Finanças de Goiânia relativas ao período de 01/2018 a 12/2018, cujas informações foram transcritas para a tabela abaixo, juntamente com os recolhimentos efetuados pelo contribuinte no período.

O Auditor de Tributos Ataxerxes da Silva recebeu Ordem de Serviço para a realização de auditoria na empresa em relação ao mesmo período. Em seu trabalho de auditoria, o Auditor identificou que a empresa presta serviços para particulares estabelecidos nos Municípios de Goiânia e de Anápolis e, ainda, que presta os mesmos serviços para a Prefeitura de Goiânia.

Período	Base de Cálculo		Base de Cálculo Art. 54 - inciso VII	ISS Apu- rado	ISS Pago	ISS De- vido
	Próprio	Retido				
jan/18	100.000,00	200.000,00	10.000,00		500,00	
fev/18	110.000,00	200.000,00	20.000,00		1.000,00	
mar/18	120.000,00	200.000,00	30.000,00		1.500,00	
abr/18	130.000,00	200.000,00	40.000,00		2.000,00	
mai/18	140.000,00	200.000,00	50.000,00		2.500,00	
jun/18	150.000,00	200.000,00	60.000,00		3.000,00	
jul/18	160.000,00	200.000,00	70.000,00		3.500,00	
ago/18	170.000,00	200.000,00	80.000,00		4.000,00	
set/18	180.000,00	200.000,00	90.000,00		4.500,00	
out/18	190.000,00	200.000,00	100.000,00		5.000,00	
nov/18	200.000,00	200.000,00	110.000,00		5.500,00	
dez/18	210.000,00	200.000,00	120.000,00		6.000,00	

ISS Devido  
Total:

De acordo com as informações obtidas no trabalho de auditoria e com os dados constantes na tabela, qual o ISS devido total ao Município de Goiânia no período?

Desconsiderar a atualização dos valores e a aplicação de multa.

- (A) R\$ 40.500,00
- (B) R\$ 45.000,00
- (C) R\$ 54.000,00
- (D) R\$ 145.000,00

**Sonegação e Crimes****— QUESTÃO 15 —**

A pessoa jurídica XYZ, de titularidade de P.P, situado no Município W, atua no ramo de funilaria e pintura automotiva. Contudo, sob o comando de seu titular, há cerca de 8 meses vinha emitindo notas fiscais com valores inferiores àqueles cobrados de seus consumidores a fim de suprimir parcialmente o valor que deveria ser pago a título de ISS. Com base nessa situação hipotética, conclui-se que:

- (A) A pessoa jurídica XYZ deverá ser responsabilizada na esfera penal, independentemente da constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa.
- (B) A emissão de notas fiscais inidôneas confira crime tributário, independentemente do atingimento do resultado, qual seja, a supressão ou redução do ISS, e da consciência e vontade do agente.
- (C) A emissão de notas fiscais com valores inferiores ao valor real do serviço prestado configura mero ilícito tributário, tão somente passível de imposição de penalidade na esfera administrativa.
- (D) A denúncia espontânea da infração afasta a responsabilidade penal do titular da pessoa jurídica XYZ.

Para responder às questões 16 e 17 leia o excerto da notícia abaixo.

A Receita Federal e a Polícia Federal deflagraram hoje (5) a Operação Saldo Negativo contra organização criminosa que teria embolsado parte de tributos devidos por empresários, enquanto lesava a Administração Tributária Federal.

[...]

As fiscalizações tributárias e a investigação criminal vêm sendo realizadas em paralelo. Na medida em que os auditores-fiscais identificavam novos atores e novos fatos, encaminhavam representações complementares para subsidiar o trabalho de persecução penal. Com a devida autorização judicial, as informações da base de dados da Receita Federal foram compartilhadas com a Polícia Federal e com o Ministério Público Federal em diversos momentos da investigação, informou o Fisco.

Fonte: Agência Brasil < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/receita-e-pf-deflagram-operacao-contr-crimes-tributarios>>

### — QUESTÃO 16 —

Comete crime funcional contra a ordem tributária

- (A) o contribuinte que busca a redução de tributo por meio da prestação de declaração falsa à autoridade fazendária, ainda que não tenha havido o lançamento em definitivo do tributo.
- (B) o agente fazendário que, recebendo vantagem manifestamente indevida, extravia livro oficial de que tem a posse em razão de sua função a fim de beneficiar contribuinte sob investigação administrativa de sonegação fiscal.
- (C) o consumidor final que aceita que seja emitida nota fiscal subfaturada, isto é, valor menor do que aquele que realmente corresponde ao valor da operação realizada.
- (D) o auditor fiscal que no exercício de sua função recusa vantagem manifestamente indevida do contribuinte para não proceder com o lançamento tributário.

### — QUESTÃO 17 —

Na esfera penal, com relação aos crimes tributários, a punibilidade poderá ser extinta

- (A) antes do recebimento da denúncia, se o sujeito infrator promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios.
- (B) em qualquer fase procedimental, inclusive após o recebimento da denúncia, se o sujeito infrator promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios.
- (C) até o momento anterior do trânsito em julgado, se o sujeito infrator promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios.
- (D) antes do julgamento do processo administrativo que apura a infração, se o sujeito infrator promover o

pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios.

### Simple Nacional

#### — QUESTÃO 18 —

De acordo com o § 1º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 2006, considera receita bruta da microempresa e da empresa de pequeno porte:

- (A) as vendas canceladas.
- (B) o preço dos serviços tomados.
- (C) os descontos incondicionais concedidos.
- (D) o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria.

#### — QUESTÃO 19 —

De acordo com o § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 2006, poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado (Simple Nacional):

- (A) Pessoa jurídica constituída sobre a forma de sociedade anônima.
- (B) Pessoa jurídica constituída sobre a forma de cooperativa de consumo.
- (C) Pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta superior a R\$ 4.800.000,01.
- (D) Pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta superior a R\$ 5.760.000,00.

#### — QUESTÃO 20 —

De acordo com o disposto no Art. 13 da Lei Complementar nº 123 de 2006, o Simple Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

- (A) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).
- (B) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (II).
- (C) Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados (IE) e Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (II).
- (D) Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados (IE) e Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**— QUESTÃO 21 —**

A empresa Auditoria Fiscal Ltda, optante do Simples Nacional auferiu nos últimos 12 meses receita bruta total de tal forma que determinou como alíquota efetiva 20% e alíquota nominal 15%. No período de apuração em análise obteve receita bruta de R\$ 200.000,00, sendo que houve no período de apuração em análise vendas canceladas de R\$ 50.000,00. Nesse caso, qual é o valor do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)?

- (A) R\$ 10.000,00
- (B) R\$ 22.500,00
- (C) R\$ 30.000,00
- (D) R\$ 40.000,00

**— QUESTÃO 22 —**

A empresa Auditoria Fiscal Municipal Ltda, optante do Simples Nacional auferiu nos últimos 12 meses receita bruta total de tal forma que determinou como alíquota efetiva 10% e alíquota nominal 11%. No período de apuração em análise obteve receita bruta de R\$ 500.000,00, sendo que houve no período de apuração em análise descontos condicionais concedidos de R\$ 100.000,00. Nesse caso, qual é o valor do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)?

- (A) R\$ 40.000,00
- (B) R\$ 44.000,00
- (C) R\$ 50.000,00
- (D) R\$ 55.000,00

**Redação Legislativa****— QUESTÃO 23 —**

O ordenamento jurídico brasileiro não convive com a possibilidade de mais de uma regra jurídica regulando, concomitantemente, uma mesma questão fática. Neste sentido, havendo o aparente conflito de normas, caracteriza-se como técnica jurídica adequada à identificação da norma aplicável:

- (A) A lei revogada se restaura automaticamente por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (B) A prevalência da norma mais antiga quando seja incompatível com o que dispõe norma posterior.
- (C) A prevalência da norma mais antiga mesmo diante de norma posterior que regule completamente a matéria.
- (D) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

**— QUESTÃO 24 —**

O fato jurígeno tributário deve estar previsto em lei, a qual elencará os elementos necessários e suficientes para a sua configuração. São elementos que compõem a hipótese de incidência tributária, a ser definida obrigatoriamente em norma primária:

- (A) Descrição da materialidade, local e momento do fato jurígeno tributário, indicação dos sujeitos ativo e passivo da relação tributária a ser instaurada, especificação da base de cálculo e alíquota para apuração do tributo;
- (B) Descrição da materialidade do fato tributado, momento da sua ocorrência, sujeitos ativo e passivo, base de cálculo e alíquota para apuração do tributo com indicação do dia de pagamento;
- (C) Descrição do fato tributário, enumeração dos sujeitos ativo e passivo, especificação da base de cálculo e alíquota da penalidade aplicável, definição do momento e local para o recolhimento do tributo;
- (D) Descrição da materialidade do fato tributado com o local e momento do recolhimento do tributo, a indicação dos sujeitos ativo e passivo além de base de cálculo e alíquota para apuração do tributo;

**— QUESTÃO 25 —**

Modalidade de lançamento dependente exclusivamente da autoridade fiscal competente, o lançamento de ofício pode ser realizado por meio de auto de infração que, conforme legislação do município de Goiânia deverá, no mínimo, conter:

- (A) Qualificação do contribuinte, local, data e hora de lavratura; descrição do fato e indicação do período de sua ocorrência; valor originário da obrigação; disposição legal da obrigação acessória referente à penalidade proposta; nome e assinatura da autoridade lançadora;
- (B) Identificação do sujeito passivo; local, data e hora de sua lavratura; descrição do fato e indicação do período de sua ocorrência; base de cálculo, alíquota e valor originário da obrigação; disposição legal infringida e penalidade proposta; nome e assinatura da autoridade lançadora;
- (C) Identificação do sujeito passivo; local, data e hora de sua lavratura; descrição do fato e indicação do período de sua ocorrência; base de cálculo, alíquota e valor originário da obrigação; termo circunstanciado de perda de espontaneidade; nome e assinatura da autoridade lançadora;
- (D) Identificação do sujeito ativo e valor do IPTU declarado pelo sujeito passivo, inclusive por meio eletrônico ou transmissão eletrônica de dados, em documento instituído para essa finalidade.



**— QUESTÃO 26 —**

Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, sobre o acesso a informações relacionadas aos dados bancários do sujeito passivo fiscalizado, sabe-se que:

- (A) É competência exclusiva da União examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações, devendo observar a necessidade de utilização de sistemas eletrônicos de segurança certificados e com registro de acesso;
- (B) É facultado ao Chefe do Executivo municipal disciplinar, inclusive quanto à periodicidade e aos limites de valor, os critérios segundo os quais as instituições financeiras informarão à Administração tributária do município, as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços;
- (C) O resultado dos exames, as informações e os documentos obtidos pela União podem ser livremente compartilhados com as Administrações tributárias dos estados e municípios após a conclusão dos procedimentos fiscalizatórios em que se tenha concluído pela culpabilidade do sujeito passivo tributário.
- (D) Figuram dentre os requisitos essenciais para quebra do sigilo pela Administração tributária municipal, a existência de processo administrativo ou procedimento fiscal em curso onde tais exames sejam considerados indispensáveis, além de prévia notificação do contribuinte quanto à sua instauração e a todos os demais atos subsequentes.

**SPED****— QUESTÃO 27 —**

De acordo com o Guia Prático EFD-ICMS/IPI, o Bloco B será obrigatório para contribuintes do

- (A) Programa de Integração Social (PIS).
- (B) Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).
- (C) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).
- (D) Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação (ICMS).

**— QUESTÃO 28 —**

De acordo com o Guia Prático EFD-ICMS/IPI, o Bloco B, deverá ser gerado para todos os registros das

- (A) prestações de serviços sujeitas ao ISS.
- (B) prestações de serviços sujeitas ao ISS e ICMS.
- (C) aquisições e prestações de serviços sujeitas ao ISS.
- (D) aquisições e prestações de serviços sujeitas ao ISS e ICMS.

**— QUESTÃO 29 —**

Segundo o Art. 3º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.774/2017, estão obrigadas a apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD):

- (A) as empresas optantes do Simples Nacional.
- (B) as sociedades tributadas pelo Lucro Real e pelo Simples Nacional.
- (C) as entidades imunes e isentas que auferirem receita bruta anual inferior a R\$ 1.200.000,00.
- (D) as pessoas jurídicas e equiparadas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

**— QUESTÃO 30 —**

Conforme Art. 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.774/2017 a Escrituração Contábil Digital (ECD) compreenderá a versão fiscal dos seguintes livros:

- (A) Livro Diário, Livro Balancetes Diários, Livro Razão e seus auxiliares, se houver.
- (B) Livro Razão, Livro Balancetes Anuais, Livro Razão, e seus auxiliares, se houver.
- (C) Livro Diário, Livro Razão e Livro Balancetes Mensais, se houver.
- (D) Livro Balancetes Anuais, Balanços, Livros auxiliares, se houver.

**— RASCUNHO —**